

**No. 38065**

---

**Brazil  
and  
United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland**

**Agreement between the Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland on the transfer of prisoners. London, 20 August 1998**

**Entry into force:** *11 December 2001 by the exchange of instruments of ratification, in accordance with article 15*

**Authentic texts:** *Portuguese and English*

**Registration with the Secretariat of the United Nations:** *Brazil, 25 January 2002*

---

**Brésil  
et  
Royaume-Uni de Grande-Bretagne et d'Irlande du Nord**

**Accord entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement du Royaume-Uni de Grande-Bretagne et d'Irlande du Nord relatif au transfert de prisonniers. Londres, 20 août 1998**

**Entrée en vigueur :** *11 décembre 2001 par échange des instruments de ratification, conformément à l'article 15*

**Textes authentiques :** *portugais et anglais*

**Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies :** *Brésil, 25 janvier 2002*

[ PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS ]

ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DO REINO UNIDO DA GRÃ-BRETANHA E IRLANDA DO NORTE SOBRE TRANSFERÊNCIA DE PRESOS

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte (doravante denominados “Partes”),

Desejosos de promover a reabilitação social de pessoas condenadas, dando-lhes oportunidade de cumprir suas sentenças no seu país de origem,

Acordam o seguinte:

ARTIGO I  
Definições

Para fins do presente Acordo:

- a) “Estado remetente” significa o Estado no qual a sentença imposta ao preso, que possa ser ou tenha sido transferido;
- b) “Estado recebedor” significa o Estado para o qual o preso possa ou tenha sido transferido a fim de cumprir sua pena;
- c) “preso” significa a pessoa que tenha que ser detida em prisão hospital ou qualquer outra instituição no Estado remetente virtude de ordem judicial, proferida por juiz ou tribunal, no âmbito de sua jurisdição penal;
- d) “sentença” significa qualquer pena ou medida restritiva de liberdade imposta por um juiz ou tribunal, no âmbito de sua jurisdição penal;
- e) “nacional” significa:

i) com relação à República Federativa do Brasil, um nacional de acordo com a Constituição Federal;

ii) com relação ao Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, e à Ilha de Man, um cidadão britânico.

Para fins do presente Acordo, as Partes podem requerer a transferência de qualquer pessoa, quando a considerarem apropriada, devido a ligações que a pessoa possua com o Brasil, o Reino Unido ou a Ilha de Man.

## ARTIGO 2

### Princípios Gerais

1. As Partes se comprometem a oferecer-se mutuamente o mais alto nível de cooperação com relação à transferência de presos, em conformidade com os termos do presente Acordo.

2. Uma pessoa condenada no território de uma das Partes pode ser transferida para o território da outra, nos termos do presente Acordo, a fim de cumprir a pena a ela imposta. Com esse objetivo, o preso expressará ao Estado remetente ou ao Estado receptor seu interesse em ser transferido nos termos deste Acordo.

3. A transferência poderá ser solicitada pelo Estado remetente ou pelo Estado receptor.

## ARTIGO 3

### Condições para a Transferência

Um preso só poderá ser transferido se estiverem preenchidos os seguintes requisitos:

- a) que o preso seja nacional do Estado receptor;
- b) que o julgamento seja definitivo e que nenhum outro procedimento legal relativo àquele ou qualquer outro delito esteja pendente no Estado remetente;
- c) que, no momento do recebimento do pedido de transferência, o preso tenha no mínimo 6 (seis) meses da pena a cumprir;

- d) que o preso consinta com a transferência ou, caso uma das Partes entenda necessário, considerando sua idade ou sua condição física ou mental, que seu representante legal dê o consentimento em seu lugar;
- e) que os atos ou omissões, pelos quais a pena tenha sido imposta, constituam delitos de acordo com a legislação do Estado receptor ou que constituíam delitos caso tivessem sido cometidos em seu território; e
- f) que os Estados remetente e receptor acordem em realizar a transferência.

#### ARTIGO 4

##### Procedimentos para a Transferência

1. Qualquer preso, ao qual se aplique este Acordo, deve ser informado pelo Estado remetente do conteúdo deste Acordo.
2. Quando o Estado remetente estiver disposto, em princípio, a aprovar o pedido de transferência de qualquer preso, deverá fornecer ao Estado receptor as seguintes informações:
  - a) nome, data e local de nascimento do preso;
  - b) natureza, duração e data do início do cumprimento da pena que foi imposta;
  - c) relatório dos fatos sobre os quais se baseou a sentença;
  - d) declaração indicando quanto tempo da pena já foi cumprido, incluindo informações sobre qualquer detenção anterior ao julgamento, remissão ou outro fato relevante para a aplicação da sentença;
  - e) cópia autenticada da sentença e da lei na qual se baseia;
  - f) caso necessário, relatório médico ou social do preso, informação sobre tratamento no Estado remetente ou qualquer recomendação relativa à continuação do tratamento no Estado receptor.

3. Se o Estado recebedor, considerando as informações fornecidas pelo Estado remetente, quiser consentir com a transferência do preso, deverá apresentar ao Estado remetente a seguinte documentação:

- a) declaração de que o preso é nacional daquele Estado;
- b) cópia da legislação relevante do Estado recebedor que estabeleça que os atos ou omissões, pelos quais a pena tenha sido imposta no Estado remetente, constituem delitos de acordo com a lei do Estado recebedor ou que constituiriam delitos caso tivessem sido cometidos em seu território;
- c) uma declaração dos efeitos, com relação ao preso, de qualquer lei ou regulamento relativo à detenção daquela pessoa no Estado recebedor depois da transferência, incluindo declaração, se for o caso, dos efeitos do parágrafo 2 do Artigo 8 sobre a sua transferência.

4. A transferência do preso da custódia das autoridades do Estado remetente para a custódia das autoridades do Estado recebedor deve realizar-se no território do Estado remetente.

#### ARTIGO 5

##### Pedidos e Respostas

1. Os pedidos de transferências devem ser feitos por escrito e dirigidos pela autoridade competente do Estado solicitante, por via diplomática, à autoridade competente do Estado solicitado. As respostas devem ser comunicadas pela mesma via.

2. O Estado solicitado deverá informar prontamente o Estado solicitante de sua decisão favorável ou contrária à transferência requerida.

#### ARTIGO 6

##### Consentimento e sua Verificação

1. O Estado remetente deverá assegurar que a pessoa prevista para dar consentimento à transferência, de acordo com o Artigo 3 "d", faça-o voluntariamente e com pleno conhecimento das consequências legais desse ato. O procedimento para a manifestação do consentimento será regido pela lei do Estado remetente.

2. O Estado remetente deverá dar oportunidade ao Estado recebedor para que verifique, por meio de um cônsul ou outro funcionário designado de comum acordo, que o consentimento tenha sido dado conforme as condições estabelecidas no parágrafo 1 deste Artigo.

#### ARTIGO 7

##### Efeitos da Transferência para o Estado Remetente

1. A responsabilidade pela aplicação e administração continuada da pena deverá passar do Estado remetente para o Estado recebedor assim que o preso for formalmente entregue à custódia das autoridades do Estado recebedor.
2. Assim que o preso for entregue à custódia das autoridades do Estado recebedor, cessará a aplicação da sentença pelo Estado remetente.
3. Caso o preso transferido venha a retornar ao Estado remetente depois do término do cumprimento da sentença no Estado recebedor, o Estado remetente não deverá recolocá-lo sob custódia ou, de nenhuma outra forma, voltar a aplicar a sentença original.

#### ARTIGO 8

##### Procedimento para Aplicação da Sentença

1. A aplicação continuada da sentença depois da transferência deverá ser regida pela lei do Estado recebedor e somente esse Estado será competente para tomar as decisões cabíveis.
2. O Estado recebedor deverá respeitar a natureza legal e a duração da pena como determinado pelo Estado remetente. Nenhum preso será transferido a menos que a sentença seja de duração exequível no Estado recebedor ou que tenha sido adaptada a uma duração exequível no Estado recebedor, pelas autoridades competentes do Estado recebedor. O Estado recebedor não deverá agravar, por sua natureza ou duração, a pena imposta no Estado remetente.

#### ARTIGO 9

##### Revisão da Sentença

1. Somente o Estado remetente terá o direito de decidir sobre qualquer proposta de revisão de sentença.
2. Se o Estado remetente revisar, modificar ou reformar o julgamento conforme o parágrafo 1 deste Artigo ou reduzir, comutar ou concluir a sentença, o Estado recebedor deverá, após ser notificado da decisão, dar-lhe efeito, de acordo com esse parágrafo.

**ARTIGO 10**  
Informação e Aplicação

O Estado receptor deverá fornecer informações ao Estado remetente sobre a aplicação da sentença:

- a) quando a sentença tiver sido cumprida;
- b) quando o preso tiver fugido de regime de custódia antes do cumprimento da sentença; ou
- c) quando o Estado remetente solicitar relatório especial.

**ARTIGO 11**  
Trânsito

Em todos os casos envolvendo preso em transferência de um terceiro país para o território de uma das Partes do presente Acordo, a fim de cumprir o remanescente de sua sentença, a outra Parte deverá, se assim lhe for solicitado, facilitar o trânsito do preso em questão por seu território. Caso o preso seja um de seus nacionais, a Parte poderá rejeitar a concessão de trânsito. A Parte que pretender realizar transferência dessa forma deverá dar aviso prévio à outra sobre o trânsito.

**ARTIGO 12**  
Despesas

Todas as despesas decorrentes da aplicação do presente Acordo deverão ser pagas pelo Estado receptor, exceto aquelas efetuadas exclusivamente no território do Estado remetente. O Estado receptor poderá, no entanto, tentar reaver, do preso ou de outras fontes, as custas da transferência, no todo ou em parte.

**ARTIGO 13**  
Aplicação Territorial

O presente Acordo valerá:

- a) com relação ao Brasil, para a República Federativa do Brasil;
- b) com relação ao Reino Unido, para a Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, para a Ilha de Man; e para todos os territórios cujas relações internacionais sejam de responsabilidade do Reino Unido e para os quais o presente Acordo tenha sido estendido por acordo mútuo entre as Partes.

**ARTIGO 14**  
Aplicação Temporal


O presente Acordo valerá para a aplicação de sentenças impostas antes ou depois de sua entrada em vigor.


**ARTIGO 15**  
Disposições Finais

1. O presente Acordo será submetido a ratificação e entrará em vigor na data em que forem trocados os Instrumentos de Ratificação.
2. O presente Acordo vigorará por 5 (cinco) anos a partir da data em que entrar em vigor. Doravante, o presente Acordo continuará em vigor até 6 (seis) meses da data em que uma das Partes notificar, por escrito, a outra Parte de sua intenção de denunciá-lo.

Em fé do que, os signatários, devidamente autorizados por seus respectivos governos, firmam o presente Acordo.

Feito em Londres, em 20 de agosto de 1998, em dois exemplares originais, nos idiomas português e inglês, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

  
PELO GOVERNO DA REPÚBLICA  
FEDERATIVA DO BRASIL  
Renan Calheiros  
Ministro de Estados da  
Justiça

  
PELO GOVERNO DO REINO UNIDO  
DA GRÃ-BRETANHA E IRLANDA  
DO NORTE  
Franklin Berman  
Subsecret. de Est. Adjunto  
e Consultor Jurídico do Sec.  
de Est. dos Negócios Estran  
geiros.



[ ENGLISH TEXT — TEXTE ANGLAIS ]

AGREEMENT BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE  
REPUBLIC OF BRAZIL AND THE GOVERNMENT OF THE UNITED  
KINGDOM OF GREAT BRITAIN AND NORTHERN IRELAND ON THE  
TRANSFER OF PRISONERS

The Government of the Federative Republic of Brazil and  
The Government of the United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland  
(hereinafter called the "Parties"),

In order to encourage the Social rehabilitation of sentenced persons by giving them the  
opportunity to complete their sentences in their own countries,

Have agreed as follows:

*Article 1. Definitions*

For the purposes of this Agreement:

- a) "transferring State" means the State in which the sentence was imposed on the prisoner who may be, or has been, transferred;
- b) "receiving State" means the State to which the prisoner may be, or has been, transferred in order to serve his sentence;
- c) "prisoner" means a person who is required to be detained in a prison, a hospital or any other institution in the transferring State by virtue of an order made by a court in the course of the exercise of its criminal jurisdiction;
- d) "sentence" means any punishment or measure involving deprivation of liberty ordered by a court in the course of the exercise of its criminal jurisdiction;
- e) "national" means:
  - i) in relation to the Federative Republic of Brazil, a national as defined in the Brazilian Constitution;
  - ii) in relation to the United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland, and to the Isle of Man, a British citizen.

For the purposes of this Agreement, both Parties may apply for the transfer of any person whose transfer they consider appropriate having regard to any close ties that person has with Brazil, the United Kingdom or the Isle of Man.

*Article 2. General Principles*

1. The Parties undertake to afford each other the widest measure of cooperation in respect of the transfer of prisoners in accordance with the provisions of this Agreement.
2. A person sentenced in the territory of one Party may be transferred to the territory of the other Party, in accordance with the provisions of this Agreement, in order to serve

the sentence imposed on him. To that end he may express his interest to the transferring State or to the receiving State in being transferred under this Agreement.

3. Transfer may be requested by either the transferring or the receiving State.

*Article 3. Conditions for Transfer*

A prisoner may be transferred under this Agreement only if the following criteria are met:

- a) the prisoner is a national of the receiving State;
- b) the judgement is final and no other legal proceedings relating to the offence or any other offence are pending in the transferring State;
- c) at the time of receipt of the request for transfer, the prisoner still has at least six months of the sentence to serve;
- d) the prisoner himself consent to the transfer or, where in view of his age or his physical or mental conditions one of the Parties considers it necessary, his legal representative does so on his behalf;
- e) the acts or omissions on account of which the sentence has been imposed constitute a criminal offence according to the law of the receiving State or would constitute a criminal offence if committed on its territory; and
- f) the transferring and receiving States agree to the transfer.

*Article 4. Procedure for Transfer*

1. Any prisoner to whom this Agreement may apply shall be informed by the transferring State of the substance of this Agreement.

2. If the transferring State is prepared, in principle, to approve any prisoner's request for transfer, it shall provide the receiving State with the following information:

- a) the name, date and place of birth of the prisoner;
- b) the nature, duration and date of commencement of the sentence that has been imposed;
- c) a statement of the facts upon which the sentence was based;
- d) a statement indicating how much of the sentence has already been served, including information on any pre-trial detention, remission and any other factor relevant to the enforcement of the sentence;
- e) a certified copy of the judgement and the law on which it is based;
- f) if appropriate, a medical or social report on the prisoner, information about his treatment in the transferring State and any recommendation for his further treatment in the receiving State.

3. If the receiving State, having considered the information which the transferring State has supplied, is willing to consent to the prisoner's transfer, it shall furnish the transferring State with the following:

- a) a statement indicating that the prisoner is a national of that State;
- b) a copy of the relevant law of the receiving State which provides that the acts or omissions on account of which the sentence has been imposed in the transferring State constitute a criminal offence according to the law of the receiving State, or would constitute a criminal offence if committed on its territory;
- c) a statement of the effect, in relation to the prisoner, of any law or regulation relating to that person's detention in the receiving State, after that person's transfer, including a statement, if applicable, of the effect of paragraph 2 of Article 8 upon that person's transfer.

4. Transfer of the prisoner from the custody of the authorities of the transferring State into the custody of the authorities of the receiving State shall take place on the territory of the transferring State.

#### *Article 5. Requests and Replies*

1. Requests for transfers shall be made in writing and addressed, through diplomatic channels, by the competent authority of the requesting State to the competent authority of the requested State. Replies shall be communicated through the same channels.

2. The requested State shall promptly inform the requesting State of its decision whether or not to agree to the requested transfer.

#### *Article 6. Consent and its Verification*

1. The transferring State shall ensure that the person required to give consent to the transfer in accordance with Article 3 "d" does so voluntarily and with full knowledge of the legal consequences thereof. The procedure for giving such consent shall be governed by the law of the transferring State.

2. The transferring State shall afford an opportunity to the receiving State to verify, through a consul or other official agreed upon with the receiving State, that the consent is given in accordance with the conditions set out in paragraph 1 of this Article.

#### *Article 7. Effect of Transfer for Transferring State*

1. Responsibility for the continued enforcement and administration of the sentence shall pass from the transferring to the receiving State as soon as the prisoner is formally banded over into the custody of the authorities of the receiving State.

2. Once the prisoner has been taken into custody by the authorities of the receiving State, enforcement of the sentence by the transferring State shall cease.

3. If the transferred prisoner subsequently returns to the transferring State after completion of the sentence in the receiving State, the transferring State shall not return the prisoner to custody or in any other way resume enforcement of the original sentence.

*Article 8. Procedure for Enforcement of Sentence*

1. The continued enforcement of the sentence after transfer shall be governed by the law of the receiving State and that State alone shall be competent to take all appropriate decisions.

2. The receiving State shall be bound by the legal nature and duration of the sentence as determined by the transferring State. No prisoner shall be transferred unless the sentence is of a duration, or has been adapted to a duration by the appropriate authorities in the receiving State, that is enforceable in the receiving State. The receiving State shall not aggravate, by its nature or duration, the sanction imposed in the transferring State.

*Article 9. Review of Judgement*

1. The transferring State alone shall have the right to decide on any application for review of the judgement.

2. If the transferring State revises, modifies, or over turns the judgement pursuant to paragraph 1 of this Article or reduces, commutes or terminates the sentence, the receiving State shall, upon being notified of the decision, give effect thereto in accordance with this paragraph.

*Article 10. Information on Enforcement*

The receiving State shall provide information to the transferring State concerning enforcement of the sentence:

- a) when the sentence has been completed;
- b) if the prisoner has escaped from custody before the sentence has been completed; or
- c) if the transferring State requests a special report.

*Article 11. Transit*

In any case involving a prisoner being transferred from a third country to the territory of one of the Parties to this Agreement in order to serve the remainder of their sentence, the other Party shall, if so requested, facilitate the transit through its territory of the prisoner concerned, excepting that it may refuse to grant transit if the prisoner is one of its own nationals. The Party intending to make such a transfer shall give advance notice to the other Party of such transit.

*Article 12. Costs*

Any costs incurred in the application of this Agreement shall be borne by the receiving State, except costs incurred exclusively in the territory of the transferring State. The receiving State may, however, seek to recover all or part of the cost of transfer from the prisoner or from some other source.

*Article 13. Territorial Application*

This Agreement shall apply:

- a) in relation to Brazil, to the Federative Republic of Brazil;
- b) in relation to the United Kingdom, to Great Britain and Northern Ireland, and to the Isle of Man; and to any other territory for the international relations of which the United Kingdom is responsible and to which the Agreement shall have been extended by mutual agreement between the Parties.

*Article 14. Temporal Application*

This Agreement shall be applicable to the enforcement of sentences imposed either before or after its entry into force.

*Article 15. Final Provisions*

1. This Agreement shall be subject to ratification and shall enter into force on the date on which the instruments of ratification are exchanged.

2. The present Agreement shall remain in force for five (5) years from the date upon which it enters into force. Thereafter, the Agreement shall continue in force until six (6) months from the date upon which either Party gives written notice to the other Party of its intention to terminate it.

In witness thereof the undersigned, being duly authorized thereto by their respective Governments, have signed this Agreement.

Done in duplicate at London on this 20 day of August 1998, in the Portuguese and English languages, each text being equally authentic.

For the Government of the Federative Republic of Brazil:

RENAN CALHEIROS  
Ministro de Estado da Justica

For the Government of the United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland:

FRANKLIN BERMAN  
Subsecret. de Est. Adjunto  
e Consultor Juridico do  
Sec. De Est. dos Negocios  
Estrangeiros.

[TRANSLATION -- TRADUCTION]

ACCORD ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE  
FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LE GOUVERNEMENT DU ROYAUME-  
UNI DE GRANDE-BRETAGNE ET D'IRLANDE DU NORD RELATIF AU  
TRANSFERT DE PRISONNIERS

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil

et

le Gouvernement du Royaume-Uni de Grande-Bretagne et d'Irlande du Nord

(ci-après dénommés les "Parties"),

En vue d'encourager la réinsertion sociale des personnes condamnées en leur donnant l'occasion de purger leur peine dans leur propre pays,

Sont convenus de ce qui suit:

*Article premier. Définitions*

Aux fins du présent Accord:

- a) l'expression "Etat expéditeur" (c'est-à-dire l'État qui procède au transfèrement) s'entend de l'État dans lequel la peine a été imposée au prisonnier qui a déjà ou peut être transféré;
- b) l'expression "Etat récepteur" désigne l'État vers lequel le prisonnier peut être ou a été transféré pour y purger sa peine;
- c) le terme "prisonnier" s'applique à une personne qui doit être détenue dans une prison, un hôpital ou toute autre institution de l'État expéditeur au terme d'un jugement du tribunal rendu dans le cadre de sa juridiction criminelle;
- d) le terme "peine" s'entend de toute sanction ou mesure impliquant la privation de liberté, ordonnée par un tribunal agissant dans le cadre de sa juridiction criminelle;
- e) le terme "national" s'applique:
  - i) pour ce qui est de la République fédérative du Brésil, à tout individu désigné comme "national" dans la Constitution brésilienne;
  - ii) pour ce qui est du Royaume-Uni de Grande-Bretagne et d'Irlande du Nord et l'Île de Man, à un citoyen britannique.

Aux fins du présent Accord, les deux Parties peuvent demander le transfèrement de tout prisonnier, qu'elles considèrent comme judicieux, étant donné le lien étroit que l'intéressé entretient avec le Brésil, le Royaume-Uni ou l'Île de Man.

*Article 2. Principes généraux*

I. Les Parties s'engagent à coopérer dans toute la mesure du possible pour ce qui est du transfèrement des prisonniers, conformément aux dispositions du présent Accord.

2. Une personne condamnée sur le territoire de l'une des Parties peut être transférée vers celui de l'autre Partie, conformément aux dispositions du présent Accord, afin d'y purger sa peine. Dans ce but, elle peut faire part de son intérêt à l'État expéditeur ou à l'État récepteur à l'égard d'un transfèrement aux termes du présent Accord.

3. Le transfèrement peut être demandé soit par l'État expéditeur soit par l'État récepteur.

### *Article 3. Conditions du transfèrement*

Un prisonnier peut être transféré aux termes du présent Accord uniquement si les critères suivants sont respectés:

- a) le prisonnier est un ressortissant de l'État récepteur;
- b) le jugement est définitif et aucune autre procédure liée au délit ou à un autre délit n'est en cours dans l'État expéditeur;
- c) à l'époque de la réception de la demande de transfèrement, le prisonnier a encore six mois au moins de sa peine à purger;
- d) le prisonnier lui-même donne son accord au transfèrement ou, si, compte tenu de son âge ou de son état physique ou mental, une des Parties le juge nécessaire, son représentant légal agit au nom de l'intéressé;
- e) les actes ou omissions au titre desquels la peine a été imposée constituent un délit selon la législation de l'État récepteur ou en constitueraient un s'ils avaient été commis sur son territoire; et
- f) les États expéditeur et récepteur donnent leur accord au transfèrement.

### *Article 4. Procédure de transfèrement*

1. Un prisonnier auquel le présent Accord peut s'appliquer sera informé par l'État expéditeur de la substance du présent Accord.

2. Si l'État expéditeur est prêt, en principe, à approuver une demande de transfèrement présentée par le prisonnier, il fournit à l'État récepteur les renseignements suivants:

- a) nom, date et lieu de naissance du prisonnier;
- b) nature, durée et date à laquelle la peine a été imposée;
- c) un exposé des faits sur lesquels la peine est fondée;
- d) une déclaration précisant la durée de la peine qui a déjà été purgée, y compris des renseignements sur toute détention préventive, remise de peine ou autre facteur pertinent pour l'exécution de la peine;
- e) une copie certifiée du jugement et de la loi sur laquelle ce dernier est fondé;
- f) le cas échéant, un rapport médical et social sur le prisonnier, des renseignements sur son traitement dans l'État expéditeur et toute autre recommandation concernant son traitement dans l'État récepteur.

3. Si l'État récepteur, ayant examiné les renseignements fournis par le premier État, accepte le transfèrement du prisonnier, il fournit à l'État expéditeur les renseignements suivants:

- a) une déclaration précisant que le prisonnier est un de ses ressortissants;
- b) une copie de la loi pertinente de l'État récepteur, qui stipule que les actes ou omissions, en raison desquelles la peine a été imposée dans l'État expéditeur, constituent également un délit criminel selon la législation de l'État récepteur, ou en constitueraient un si le délit avait été commis sur son territoire;
- c) une déclaration des conséquences, pour le prisonnier, de toute loi ou directive liée à sa détention dans l'État récepteur après son transfèrement, y compris une déclaration, le cas échéant, des conséquences du paragraphe 2 de l'article 8 sur le transfèrement dudit prisonnier.

4. Le transfèrement du prisonnier intervient sur le territoire de l'État expéditeur. A ce moment, la responsabilité de la garde du prisonnier passe des autorités de l'État expéditeur à celle des autorités de l'État récepteur.

#### *Article 5. Demandes et réponses*

1. Les demandes de transfèrement sont faites par écrit et adressées par la voie diplomatique par les autorités compétentes de l'État demandeur à l'autorité compétente de l'État requis. Les réponses sont communiquées par la même voie.

2. L'État requis informe rapidement l'État demandeur de sa décision sur le point de savoir s'il accepte ou non le transfèrement demandé.

#### *Article 6. Consentement et vérification*

1. L'État expéditeur veille à ce que le prisonnier qui donne son consentement au transfèrement, conformément à l'alinéa d) de l'article 3, agit de son propre gré et en toute connaissance des conséquences juridiques de cet acte. La procédure de consentement est régie par la législation de l'État expéditeur.

2. L'État expéditeur donne l'occasion à l'État récepteur de vérifier, par l'intermédiaire d'un consul ou de tout autre fonctionnaire agréé par l'État récepteur, que le consentement est donné conformément aux dispositions du paragraphe 1 du présent article.

#### *Article 7. Conséquences du transfèrement pour l'État expéditeur*

1. La responsabilité de la poursuite de l'application et de l'administration de la peine passe de l'État expéditeur à l'État récepteur dès que le prisonnier est officiellement remis à la garde des autorités de ce dernier.

2. Une fois que le prisonnier est pris en charge par les autorités de l'État récepteur, l'application de la peine par l'État expéditeur cesse.

3. Si le prisonnier transféré retourne par la suite dans l'État expéditeur, une fois sa peine purgée dans l'État récepteur, le premier État ne renvoie pas le prisonnier en prison ou ne reprend pas de toute autre façon l'exécution de la sentence originale.



*Article 8. Procédure pour l'exécution de la peine*

1. La poursuite de l'exécution de la sanction, après le transfèrement, est régie par la législation de l'État récepteur et ce dernier, seul, a compétence pour prendre toutes les décisions appropriées.

2. L'État récepteur est lié par la nature et la durée légales de la peine déterminée par l'État expéditeur. Aucun prisonnier n'est transféré si la peine a été prononcée pour une durée ou adaptée à une durée par les autorités compétentes de l'État récepteur, applicable dans celui-ci, qui n'aggrave pas la nature ou la durée de la peine imposée par l'État expéditeur.

*Article 9. Révision du jugement*

1. L'État expéditeur seul a le droit de prendre une décision sur toute demande de révision du jugement.

2. Si l'État expéditeur révisé, modifie ou annule le jugement conformément au paragraphe 1 du présent article ou réduit, transforme ou termine la peine, l'État récepteur, après avoir été informé de la décision, y donne suite conformément aux dispositions du présent paragraphe.

*Article 10. Renseignements sur l'exécution de la peine*

L'État récepteur fournit des renseignements à l'État expéditeur sur l'exécution de la sentence:

- a) lorsque la peine a été purgée complètement;
- b) si le prisonnier s'est évadé avant que la peine ait été complètement purgée; ou
- c) si l'État expéditeur demande un rapport spécial.

*Article 11. Transit*

Lorsque le prisonnier, lors de son transfèrement, doit transiter par un pays tiers pour atteindre le territoire de la Partie contractante à l'Accord, où il doit purger le reste de sa peine, le pays intéressé facilite, sur demande, le transit du prisonnier concerné à travers son territoire, sauf qu'il peut refuser le passage au cas où le prisonnier est un de ses propres ressortissants. L'État expéditeur doit informer préalablement la Partie intéressée de ce transit.

*Article 12. Coûts*

Tous les frais entraînés par l'application du présent Accord sont à la charge de l'État récepteur, exception faite des dépenses engagées exclusivement sur le territoire de l'État expéditeur. L'État récepteur peut toutefois essayer de récupérer la totalité ou une partie des coûts du transfèrement auprès du prisonnier ou de toute autre source.

*Article 13. Application territoriale*

Le présent Accord s'applique:

- a) en ce qui concerne le Brésil, à la République fédérative du Brésil;
- b) en ce qui concerne le Royaume-Uni, à la Grande-Bretagne et l'Irlande du Nord, ainsi qu'à l'île de Man; et à tout autre territoire pour les relations internationales duquel le Royaume-Uni est compétent et auquel l'Accord a été étendu par consentement mutuel entre les Parties.

*Article 14. Application temporelle*

Le présent Accord est applicable à l'exécution des peines imposées avant ou après son entrée en vigueur.

*Article 15. Dispositions finales*

1. Le présent Accord est soumis à ratification et entre en vigueur à la date à laquelle les instruments de ratification sont échangés.

2. Le présent Accord est valide pendant cinq (5) ans à partir de la date de son entrée en vigueur. Par la suite, il continue de l'être pendant six (6) mois, à compter de la date à laquelle l'une ou l'autre Partie donne par notification écrite à l'autre son intention d'y mettre fin.

En foi de quoi les soussignés, à ce dûment autorisés par leurs Gouvernements respectifs, ont signé le présent Accord.

Fait en double exemplaire à Londres le 20 août 1998 en langues portugaise et anglaise, chaque texte faisant également foi.

Pour le Gouvernement de la République fédérative du Brésil:  
Le Ministre d'État de la justice,  
RENAN CALHEIROS

Pour le Gouvernement du Royaume-Uni de  
Grande-Bretagne et d'Irlande du Nord:  
Le Sous-secrétaire d'État adjoint et Consultant  
juridique du Secrétariat d'État pour les des Affaires étrangères,  
FRANKLIN BERMAN